

05 de maio de 2017

- Lançado satélite brasileiro que vai assegurar as comunicações militares e acabar com apartheid digital*
- Caças F-5E da Força Aérea Mexicana continuam voando*
- Rússia propõe que Brasil integre missão de paz na Síria*
- Coming soon: New DoD unmanned systems road map*

Lançado satélite brasileiro que vai assegurar as comunicações militares e acabar com apartheid digital*

Lançado com sucesso o primeiro Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) nesta quinta-feira (04), às 18h50, da base de Kourou, na Guiana Francesa. A missão de lançamento durou cerca de 30 minutos. O SGDC, lançado hoje pelo veículo Ariane 5, levará internet banda larga para todo o território brasileiro, além de expandir a capacidade operacional das Forças Armadas, por exemplo, em operações conjuntas nas regiões de fronteira terrestre.

Do Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P), localizado na Base Aérea de Brasília (Ala 1), o presidente da República, Michel Temer, acompanhou o lançamento do SGDC, juntamente com os ministros da Defesa, Raul Jungmann, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab; do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato; do presidente da Telebras, Antonio Loss; e demais autoridades.

Ao final do lançamento o presidente Temer fez uma breve declaração à imprensa ressaltando a importância do Brasil ter seu próprio satélite de comunicação. "Vamos democratizar o fenômeno digital em nosso País, já que a banda larga vai atingir todos os recantos. É um grande momento para o Estado brasileiro", disse o presidente.

Para o ministro da Defesa, Raul Jungmann, o feito atende os interesses nacionais. De acordo com Jungmann, todas as comunicações sigilosas passarão pelo satélite brasileiro, assim como as comunicações estratégicas do governo.

"A segurança das comunicações é algo absolutamente decisivo. Como o satélite será operado pela Aeronáutica e a criptografia utilizada é verde-amarela, nós teremos segurança nas comunicações militares, com soberania e independência, mantendo nossa capacidade de resposta e dissuasão a um nível que é requerido para um país das dimensões e os compromissos que tem o Brasil", afirmou o ministro Jungmann.

O projeto do SGDC, que terá uma vida útil de 18 anos, é uma parceria entre os ministérios da Defesa e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e envolveu investimentos da ordem de R\$ 2,7 bilhões. O satélite terá a função civil de levar a banda larga a todo território brasileiro, permitindo maior inclusão social e na área militar, assegurar soberania e aumentar a capacidade operacional. Dentro de 10 dias o satélite estará posicionado na sua órbita, a 75º oeste, a mais ou menos 36 mil quilômetros da Terra.

A Visiona, Telebras, Ministério da Defesa, Agência Espacial Brasileira e INPE, entidades participantes do Programa SGDC, puderam se capacitar no estado da arte da tecnologia de projeto e desenvolvimento de satélites, classe geoestacionário. Ao longo de todo o Programa, cerca de trinta engenheiros trabalharam lado a lado com o fabricante francês do satélite (Thales) em todas as fases do projeto, desde a concepção até os testes finais de aceitação.

O envolvimento da Força Aérea Brasileira no projeto está relacionado ao fato de a instituição estar a cargo, segundo a Estratégia Nacional de Defesa, do desenvolvimento da área espacial no País. É da FAB a responsabilidade pela operação e pelo monitoramento do satélite. Foi criada, para isso, uma nova organização militar, o Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P), em Brasília (DF), onde cerca de cem profissionais irão se revezar em três turnos para dar suporte ao funcionamento do satélite – 24 horas por dia. Também no local foi instalado uma antena com 18 metros de altura, 13 metros de diâmetro, e que fará o contato com o satélite. No Rio de Janeiro está instalado um outro centro de operações secundário.

O Satélite, adquirido pela Telebras, terá uma banda KA, que será utilizada para comunicações estratégicas do governo e implementação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), e uma banda X, que corresponde a 30% do equipamento, de uso exclusivo das Forças Armadas. O Ministério da Defesa investiu cerca de R\$ 500 milhões para utilização da banda X.

Com isso, o Brasil passará a fazer parte do seleto grupo de países que contam com seu próprio satélite geoestacionário de comunicações, diminuindo a necessidade de alugar equipamentos de empresas privadas, o que vai gerar uma economia significativa aos cofres públicos e maior segurança em suas comunicações.

Satélite Geoestacionário

Desenvolvido pela empresa francesa Thales Alenia Space, que assinou um contrato com a Visiona (uma joint venture formada pela Embraer e pela estatal Telebras), o SGDC tem uso dual, ou seja, civil e militar. De um lado, utilizando a banda Ka, possibilitará acesso à conexão em banda larga a todos os locais do País, sem exceção. De outro, a partir da banda X, será possível tramitar informações afetas à área de defesa e governamental.

Ficha Técnica do SGDC

Massa: aproximadamente 5.735 quilos na decolagem

Estabilização – 3 eixos

Dimensões: 7,10 m x 2,20 m x 2,0 m (configuração de acomodação para lançamento)

Plataforma: Spacebus 4000C4

Carga útil: 50 transponders na banda Ka e 7 transponders na banda X

Energia a bordo: 12 kW

Tempo de uso: mais de 18 anos

Posição orbital: 75º Oeste

Área de cobertura: Brasil

Fonte: Ministério da Defesa

Data da publicação: 04 de maio

Link: <http://www.defesa.gov.br/noticias/30561-lancado-satelite-brasileiro-que-vai-assegurar-as-comunicacoes-militares-e-acabar-com-apartheid-digital>

Caças F-5E da Força Aérea Mexicana continuam voando*

Ao contrário do que se pensava há alguns meses, os F-5 ainda estão voando no México. Foi noticiado em setembro de 2016 que o avião tinha sido retirado de serviço, mas recente visita à Base Aérea de Santa Lucía provou o contrário.

Dos dez caças F-5 que estavam em serviço, dois foram doadas para o Museu da Força Aérea, em Santa Lucía. Das oito aeronaves restantes, quatro estão operacionais, enquanto as outras quatro estão aguardando motores reconicionados pela RUAG. A empresa com sede na Suíça confirmou a informação, mas não deu mais detalhes. Na foto, o F-5E matrícula 4510 na Base Aérea de Santa Lucía, uma das quatro aeronaves atualmente ainda operacionais com o EA.401.

Fonte: Poder Aéreo

Data da publicação: 05 de maio

Link: <http://www.aereo.jor.br/2017/05/05/cacas-f-5e-da-forca-aerea-mexicana-continuam-voando/>

Rússia propõe que Brasil integre missão de paz na Síria*

Rússia, Irã e Turquia assinaram um acordo para criar zonas de exclusão na Síria e, assim, isolar grupos terroristas no país afetado pela guerra. Moscou propõe colocar países não envolvidos diretamente no conflito para fazer parte de operações de paz e o Brasil foi mencionado como alternativa, uma vez que a missão do País no Haiti está chegando ao fim. Além das tropas brasileiras, foram mencionadas como possibilidades as da Índia e de países do ex-bloco soviético, como o Casaquistão.

Pelo projeto elaborado em Astana, no Casaquistão, apoiado pelo governo de Bashar Assad, quatro “zonas desmilitarizadas” seriam criadas e monitoradas por soldados de uma missão internacional.

Um fator que impede a concretização desse acordo é sua rejeição pela oposição síria. Os rebeldes alegam que as zonas de exclusão seriam indícios de que o país poderia ser dividido em zonas de influência entre iranianos, turcos e russos. As áreas estariam na

província de Idlib, em Ghouta, no norte de Homs e na fronteira entre a Síria e a Jordânia. Atividades militares nessas áreas apenas poderiam ocorrer contra grupos considerados terroristas.

Staffan de Mistura, o mediador das Nações Unidas para a questão da Síria, declarou que o acordo era “um passo na direção certa” e que anúncio era “de extrema importância”. As zonas de exclusão seriam usadas para permitir que pessoas possam se refugiar de conflitos e receber ajuda humanitária. A esperança do mediador da ONU é de que os primeiros passos comecem a ser tomados antes de meados do ano. Embora De Mistura tenha manifestado apoio ao acordo, qualquer envio de tropas ainda teria de passar pelo crivo do Conselho de Segurança da organização.

O presidente da Turquia, Recep Erdogan, indicou hoje que as zonas de exclusão teriam potencial para “resolver 50% da guerra”. O presidente dos EUA, Donald Trump, chegou a mencionar a possibilidade.

Um dos problemas a ser superado se refere a quem monitoraria essas zonas. Assad rejeitaria qualquer envolvimento turco ou dos europeus, enquanto a oposição se recusa a aceitar tropas russas ou iranianas. Por isso, segundo fontes russas, a proposta de trazer tropas de países que, ao longo dos anos, adotaram uma posição de menor envolvimento na guerra síria, entre elas a do Brasil.

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que não houve nenhum comunicado ao País nesse sentido, mas que a tradição brasileira é “só participar dessas missões sob a égide da ONU”. Jungmann reforçou ainda que “essa decisão, caso se confirme a notícia, é do presidente Michel Temer”. Fontes no ministério da Defesa disseram ao Estado que há disposição para participar de operações internacionais.

Tropas. As Forças Armadas brasileiras mantêm cerca de 1.500 militares em dez diferentes missões da ONU. O maior grupo, com cerca de 850 soldados, está no Haiti. Equipes menores atuam em Chipre, Libéria, Timor Leste, Saara Ocidental, Costa do Marfim, Líbano, Colômbia, Equador e Peru. Ao longo dos últimos 70 anos, a participação do Brasil em mandatos armados das Nações Unidas mobilizou cerca de 68 mil homens e mulheres.

De acordo com um oficial do Exército, veterano das operações no Haiti, há um ano o governo fez saber à ONU da disposição de, após o encerramento do trabalho no Haiti, no segundo semestre, manter o envolvimento de tropas e recursos em novas missões de manutenção de paz e estabilização regional.

Segundo o militar ouvido pelo Estado, o País não recusaria o envio de pessoal para o Líbano, onde a Marinha mantém um navio liderando a força-tarefa internacional que garante a segurança do Mediterrâneo na área sob jurisdição libanesa. O time participa da qualificação dos quadros navais locais e apoia ações de repressão ao tráfico de armas e de pessoas.

Caso pudesse escolher a missão, no entanto, a opção seria por um encargo no oeste da África, considerado estratégico. O cenário mais atraente seria a participação na Missão Multidimensional de Estabilização do Mali (Minusma), criada em 2013 pelo Conselho de Segurança para garantir a recuperação do país, devastado por conflitos externos e pela ação de dois violentos grupos jihadistas, o Ansar Dine, ligado ao Estado Islâmico (EI), e a Al-Qaeda no Magreb Islâmico. As Forças do Brasil ainda não têm experiência operacional nesse tipo de ambiente.

Fonte: O Estado de S. Paulo

Data da publicação: 04 de maio

Link: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,russia-propoe-que-brasil-integre-missao-de-paz-na-siria,70001764077>

Coming soon: New DoD unmanned systems road map*

WASHINGTON — The Pentagon will release a new unmanned systems road map soon, an Air Force official said Wednesday.

Air Force Lt. Col. Gary Rafnson, deputy chief of capabilities-based planning for intelligence, surveillance and reconnaissance, said a draft version of the new road map has begun circulating through the Pentagon.

Although he did not know when the document would be released, he told reporters at the C4ISR conference May 3 that the current draft is only around 50 to 60 pages long — much shorter than the last version, which was published in 2013 and came in at more than 160 pages.

Like the 2013 road map, the new document will present the department's outlook on unmanned air, maritime and ground technologies over the next 25 years. Much has changed since the previous version, when the Navy was planning on fielding a carrier-based unmanned combat aircraft and the Air Force looked toward acquiring a stealthy drone that would follow the MQ-9 Reaper. The services have backed away from both of those concepts in recent years, and the Air Force has not elaborated on what attributes it will need for the platforms that replace the Reaper and RQ-4 Global Hawk, for instance.

Rafnson is part of the Air Force's newly formed Directorate of ISR Future Warfare, which the service formed to “break ourselves away” from budget planning “and just start asking basic questions about what are the threats in 30 years? ... What is ISR going to look like?”

“We don't have the brainpower to do [all of] that ourselves, because we're only 10 people,” Rafnson said, but he hopes the directorate can lay the groundwork for a future ISR enterprise capability collaboration team (ECCT).

The Air Force has set up ECCTs to help guide the service as it makes big decisions about the future makeup of its force. The first ECCT looked at how it should maintain air

superiority into the 2030s, and helped inform development of the service's next fighter, called Penetrating Counter Air.

An ECCT is currently assessing how the Air Force approaches "multidomain command and control" and could influence how the service decides to replace weapons such as the RC-135V/W Rivet Joint or E-3 airborne warning and control system. From there, the service could conduct one on "global integrated ISR," Gen. Mike Holmes, currently head of Air Combat Command, told Defense News last year.

"If the next one is an ISR ECCT, that organization would have the horsepower to really put on some meat on [the question of] what is ISR in 30 years," Rafnson said. "We're trying to get that ready so that if this thing does happen, we can start running as opposed to start from a standstill."

Fonte: C4ISRNET

Data da publicação: 04 de maio

Link: <http://www.c4isrnet.com/articles/coming-soon-new-defense-department-unmanned-systems-roadmap>

* Não mencionado o autor no texto.